



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

*Uma Frontin para todos*



ENGENHEIRO  
PAULO DE FRONTIN  
PREFEITURA

Câmara Municipal de  
Engº Paulo de Frontin

MENSAGEM Nº 037/2025

Protocolo nº 0267 de 02/12/25

Livro nº 04 Fls 99/100

Ass. Jefferson Gomes

Exmo. Senhor Jeferson Adriano Gomes Moreira

MD Presidente da Câmara Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin

Exmo. Senhor Presidente;

Exmo. Senhores vereadores,

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei, que "Dispõe sobre a criação do Incentivo de Qualidade na Atenção Primária em Saúde (APS) e dá outras providências."

A presente iniciativa visa adequar a legislação municipal às novas diretrizes federais de financiamento da Atenção Primária à Saúde, especialmente à Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024, que institui nova metodologia de cofinanciamento do Piso de Atenção Primária à Saúde, em substituição ao modelo anterior, ligado ao Programa Previne Brasil.

O Projeto de Lei em questão, disciplina o pagamento de incentivo financeiro por desempenho às equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), Equipes de Saúde Bucal (ESB), Equipes Multiprofissionais (EMulti) e gerentes de unidades, bem como estabelece critérios de avaliação, responsabilização e vinculação dos incentivos aos recursos federais, revogando a legislação municipal pretérita que tratava do antigo PMAQ e suas atualizações.

Considerando a necessidade de imediata adequação do Município às normas federais e a importância de não comprometer o recebimento e a correta aplicação dos recursos destinados à Atenção Primária, solicito que o referido Projeto de Lei tramite em **regime de urgência urgentíssima**, na forma prevista na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno dessa Egrégia Casa Legislativa.

Encaminho, em anexo, a Justificativa que demonstra de forma detalhada os fundamentos técnicos e jurídicos da proposta, certo de que o tema se reveste de grande relevância para a qualificação da Atenção Primária à Saúde em nosso Município.

Nestes termos, renovo a Vossas Excelências protestos de elevada estima e consideração, solicitando, ao final, a aprovação do incluso Projeto de Lei, em **regime de urgência urgentíssima**.

Engenheiro Paulo de Frontin, 01 de dezembro de 2025

JOSÉ EMMANOEL RODRIGUES ARTEMENKO

Prefeito Municipal



*Recebido em 02/12/25*  
*Jefferson Gomes*





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

*Uma Frontin para todos*



PROJETO DE LEI Nº 037 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025

**Ementa:** Dispõe sobre a criação do Incentivo de Qualidade na Atenção Primária em Saúde (APS) e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Engenheiro Paulo de Frontin, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL** aprovou e foi sancionada a seguinte

**LEI MUNICIPAL:**

**Art. 1º.** Fica instituída, no âmbito do Município de Engenheiro Paulo de Frontin - RJ, a nova metodologia de cofinanciamento do Piso de Atenção Primária à Saúde (APS), conforme as diretrizes estabelecidas pela Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024. O cofinanciamento destina-se aos profissionais de saúde devidamente inscritos no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), e também, os Gerentes das Unidades da Estratégia Saúde da Família, que atuam nas equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), Equipe de Saúde Bucal (ESB) e Equipes Multiprofissionais (EMulti) do Sistema Único de Saúde (SUS).

**Art. 2º.** Fica autorizado, no âmbito do Município de Engenheiro Paulo de Frontin - RJ, o pagamento de incentivo financeiro por desempenho aos profissionais de saúde, nos termos da Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024, até que seja publicado novo ato normativo que a substitua.

**Art. 3º.** O pagamento do incentivo financeiro será realizado em conformidade com a metodologia de cofinanciamento federal do Piso de Atenção Primária à Saúde (APS), instituída pela Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024, que substitui o Programa Previne Brasil. A base do pagamento será o conjunto de indicadores de desempenho a serem observados na execução das atividades das equipes de ESF, ESB e EMulti, conforme regulamento posterior do Ministério da Saúde.

**Art. 4º.** A apuração dos indicadores mencionados no art. 3º será realizada de forma quadrimestral, de acordo com o cronograma disponibilizado pelo Ministério da Saúde, com os resultados sendo divulgados no quadrimestre subsequente.

**Art. 5º.** As equipes de profissionais terão direito ao recebimento proporcional ao seu respectivo desempenho, levando em consideração o alcance das metas e as notas técnicas vigentes do Ministério da Saúde, conforme disposto na Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024.



*Luiz Henrique R. Arfenzke*  
Prefeito Municipal





SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

*Uma Frontin para todos*

**Art. 6º.** O pagamento do incentivo será feito mensalmente, desde que os indicadores previstos na Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024, sejam cumpridos, após a confirmação do repasse dos recursos federais.

**Parágrafo único:** O percentual referente ao incentivo por desempenho será distribuído entre os profissionais de cada equipe, conforme as categorias profissionais, com base em avaliação individual instituída pela Comissão de Avaliação.

**Art. 7º.** A distribuição dos valores referentes às equipes de ESF, ESB e EMulti seguirá a seguinte metodologia:

I - O valor global do repasse referente ao Componente de Qualidade da Atenção Primária destinado às equipes EMulti será dividido em 80% (oitenta por cento) para os profissionais da equipe e 20% (vinte por cento) para a Secretaria Municipal de Saúde;

II - O valor global do repasse referente ao Componente de Qualidade da Atenção Primária destinado às equipes ESB será dividido em 80% (oitenta por cento) para os profissionais da equipe e 20% (vinte por cento) para a Secretaria Municipal de Saúde;

III - O valor global do repasse referente ao Componente de Qualidade da Atenção Primária destinado às equipes ESF será dividido em 80% (oitenta por cento) para os profissionais da ESF e 20% (vinte por cento) para a equipe de apoio da Superintendência da Atenção Primária.

**Art. 8º.** Terão direito ao recebimento do incentivo por desempenho os profissionais devidamente cadastrados no SCNES, com vínculo direto com a Prefeitura Municipal, e Gerentes das Unidades da Estratégia Saúde da Família.

**Art. 9º.** O profissional perderá o direito ao incentivo financeiro por desempenho nos seguintes casos:

I - Faltas não justificadas;

II - Licença de qualquer natureza;

III - férias;

IV - Não atingir a meta estipulada;

V - Descumprimento da carga horária de 40 horas (quarenta horas) semanais;

VI - Mais de 1 (uma) falta justificada por atestado médico no mês;

VII - Participação em programas como o Programa Mais Médicos ou Médicos pelo Brasil, caso o profissional seja vinculado ao governo estadual;

VIII - Ausência injustificada em capacitações ou reuniões referentes à Atenção Primária à Saúde, salvo com justificativa aceita pela Coordenação de Atenção Básica, Coordenador de Saúde Bucal ou Coordenador EMulti.

**Art. 10.** Em todos os casos de perda do direito ao incentivo, o valor correspondente será revertido e distribuído entre os membros da equipe de referência do profissional.



*João Luiz de Azevedo*  
Prefeito Municipal





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

*Uma Frontin para todos*

ENGENHEIRO  
PAULO DE FRONTIN  
PREFEITURA

**Art. 11.** Fica instituída a Comissão de Avaliação, por meio desta Lei, podendo ser regulamentada por decreto do Poder Executivo, composta pelo Superintendente de Atenção Básica, Chefe de Saúde Bucal, Coordenador EMulti, e o representante de cada unidade de saúde.

**Art. 12.** Em caso de alterações na legislação que regulamenta o pagamento por desempenho do Componente de Qualidade, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a regulamentar a matéria por decreto e ajustar as normas vigentes.

**Art. 13.** O pagamento do incentivo por desempenho, em nenhuma hipótese, poderá ser incorporado ao salário do profissional beneficiado, nem será considerado como base de cálculo para a apuração de outras verbas de qualquer natureza.

**Art. 14.** O Secretário Municipal de Saúde é instância máxima de julgamento, caso exista alguma dúvida sobre o pagamento da gratificação aos profissionais integrantes da Equipe da Estratégia de Saúde da Família.

**Art. 15.** Os casos omissos serão decididos de forma motivada e justificada pelo Secretário Municipal de Saúde.

**Art. 16.** O Município ficará desobrigado de realizar o pagamento do incentivo por desempenho caso os recursos não sejam repassados pelo Ministério da Saúde, ou caso a Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024, seja revogada.

**Art. 17.** Esta lei revoga a Lei Municipal nº 1.200 de 09 de junho de 2016 e suas atualizações.

**Art. 18.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos à competência de maio de 2024.

Engenheiro Paulo de Frontin, 01 de dezembro de 2025.

JOSÉ EMMANOEL RODRIGUES ARTEMENKO  
Prefeito Municipal







JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal e Nobres Vereadores,

Submetemos à análise dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 037, de 11 de novembro de 2025, que “*Dispõe sobre a criação do Incentivo de Qualidade na Atenção Primária em Saúde (APS) e dá outras providências*”, com o objetivo de instituir, no âmbito municipal, nova metodologia de pagamento de incentivo financeiro por desempenho às equipes que atuam na Atenção Primária, em consonância com a Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024.

A mencionada Portaria federal redefiniu o modelo de cofinanciamento do Piso de Atenção Primária à Saúde (APS), estabelecendo indicadores, metas e critérios de avaliação para o pagamento do Componente de Qualidade, em substituição à sistemática anteriormente atrelada ao Programa Previnir Brasil. Essa mudança exige que o Município adequue sua legislação para garantir segurança jurídica, transparência e correta aplicação dos recursos repassados pelo Ministério da Saúde.

O Projeto de Lei ora apresentado:

- Institui a nova metodologia de cofinanciamento do Piso da APS no Município, vinculada à Portaria GM/MS nº 3.493/2024, destinada aos profissionais de saúde cadastrados no SCNES e aos gerentes das unidades da Estratégia Saúde da Família que atuam nas equipes de ESF, ESF e EMulti;
- Autoriza o pagamento de incentivo financeiro por desempenho, tomando como base o conjunto de indicadores de qualidade divulgados pelo Ministério da Saúde, com apuração quadrimestral e pagamento condicionado ao efetivo repasse dos recursos federais;
- Estabelece metodologia de distribuição dos valores entre as equipes, reservando percentual para as equipes de referência e percentual para a Secretaria Municipal de Saúde e equipe de apoio da Atenção Primária, de modo a fortalecer a gestão, o apoio matricial e a organização da rede;
- Define critérios objetivos para perda do direito ao incentivo, como faltas injustificadas, descumprimento de carga horária, não alcance de metas e ausência em capacitações, reforçando a responsabilidade e o compromisso com a melhoria do cuidado;
- Cria Comissão de Avaliação para acompanhar indicadores, validar resultados e dirimir dúvidas, assegurando controle, transparência e participação técnica nos processos de avaliação;
- Deixa expresso que o incentivo por desempenho não se incorpora ao salário, não serve de base de cálculo para outras verbas e só será devido enquanto houver repasse federal, preservando a responsabilidade fiscal do Município e evitando a criação de despesa permanente sem lastro orçamentário.



*J. L. Almeida R. Almeida*  
P. Conselho Municipal









ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN



ENGENHEIRO  
PAULO DE FRONTIN  
PREFEITURA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

*Uma Frontin para todos*

Em razão de a nova metodologia federal já se encontrar em vigor e da necessidade de não comprometer o fluxo de recursos e a adequada execução da política de Atenção Primária, necessita-se que a apreciação da matéria se dê de forma célere, em regime de urgência urgentíssima, a fim de assegurar a imediata adequação do Município às normas federais.

Diante do exposto, certos da sensibilidade dessa Casa Legislativa para com as demandas da saúde pública e a necessidade de fortalecer a Atenção Primária em nosso Município, solicitamos a aprovação do presente Projeto de Lei em regime de urgência urgentíssima, por se tratar de matéria de relevante interesse público.

JOSÉ EMMANOEL RODRIGUES ARTEMENKO  
Prefeito Municipal

